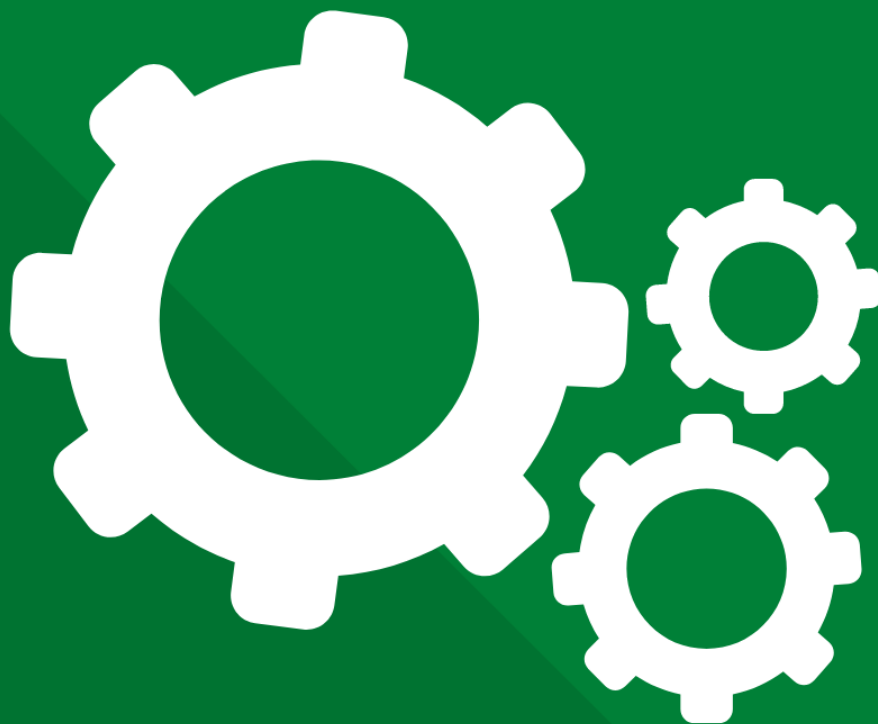


EMPREGO JOVEM

O DESAFIO DE UMA GERAÇÃO



JSD DISTRIAL DE SETÚBAL
GABINETE DE ESTUDOS



“Emprego jovem: o desafio de uma geração”

JSD Distrital de Setúbal

Gabinete de Estudos

Maio 2021

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
O DESEMPREGO JOVEM.....	5
O DESEMPREGO JOVEM EM PORTUGAL.....	5
COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS	8
O DESEMPREGO JOVEM EM SETÚBAL.....	12
FICHA TÉCNICA E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	12
CONCLUSÃO	18

INTRODUÇÃO

O emprego jovem, e a capacidade que as sociedades têm para o criar, é um dos pilares fundamentais da qualidade de vida e da emancipação das populações mais jovens. É essencial que os jovens tenham a oportunidade de iniciar a sua vida profissional, em empregos adequados à sua qualificação e com rendimentos que lhes permitam a verdadeira emancipação.

Em Portugal, a falta de políticas públicas de promoção do emprego jovem tem provocado taxas de desemprego cada vez mais preocupantes. As constantes crises económicas e sociais pelas quais temos passado têm sido um entrave à emancipação, limitando as oportunidades e atrasando a entrada no mercado de trabalho de milhares de jovens portugueses. Se no país isto é verdade, no Distrito de Setúbal a situação é ainda pior.

A JSD Distrital de Setúbal tem como prioridade da sua atuação a luta pela emancipação e pela qualidade de vida dos jovens do distrito de Setúbal. A necessidade de criar medidas que apoiem a criação de emprego e oportunidades para os mais jovens é cada vez mais evidente e urgente.

Em Portugal a taxa de desemprego jovem é, estruturalmente, 2 a 3 vezes superior à taxa de desemprego da população em geral. Estes valores ilustram muito claramente a dificuldade que os jovens têm em ingressar no mercado de trabalho, e conseqüentemente a dificuldade que terão em emancipar-se e servem de motivação ao trabalho que agora apresentamos.

Foi nesse sentido que produzimos, através do nosso Gabinete de Estudos, este documento que serve de base às políticas públicas que propomos com o intuito de estimular a criação de emprego de qualidade para os jovens dos 18 aos 35 anos que vivem na nossa região. Estudo este que resulta da análise dos dados existentes para o emprego e desemprego jovem no país e que, no que ao distrito de Setúbal diz respeito, teve por base um questionário lançado aos jovens que aqui habitam.

O DESEMPREGO JOVEM

Desemprego é definido como “todas as pessoas acima de uma determinada idade que, durante o período de referência, estão sem trabalho (num emprego remunerado ou num emprego por conta própria) ou disponíveis para trabalhar (num emprego remunerado ou por conta própria) ou à procura de trabalho (tendo feito diligências específicas num período recente especificado no sentido de procurarem emprego remunerado ou por conta própria)” (in INE). Quando se fala de desemprego jovem, a definição é semelhante, mas limitada para as idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos.

A análise que nos propomos a fazer neste documento pretende ser um pouco mais lata, e apesar de respeitar a definição habitual de desemprego jovem considera também como jovem, e nomeadamente para análise de medidas e consequências, a população até aos 35 anos.

O DESEMPREGO JOVEM EM PORTUGAL

A taxa de desemprego jovem (15-24 anos) em Portugal tem tido uma evolução preocupante ao longo dos últimos anos (figura 1). Estruturalmente, situa-se num patamar duas a três vezes superior à taxa de desemprego da população em geral, rácio que tende a aumentar em contextos de recessão económica, o que coloca a população jovem numa posição de grande vulnerabilidade.



Figura 1- Taxa de Desemprego Jovem em Portugal. Fonte: tradingeconomics

Por norma, os jovens estão em desvantagem no momento da entrada e nos primeiros anos no mercado de trabalho. A falta de experiência, natural a quem é mais jovem, os níveis de escolaridade que possam estar incompletos ou a falta de adequação e alinhamento do sistema de ensino à realidade do mundo profissional, torna os mais jovens muito suscetíveis ao desemprego ou a salários muito baixos, quando comparados com a média da população ativa.

A realidade da economia portuguesa nos últimos anos não tem ajudado. Em pouco mais de uma década, Portugal foi atingido por três crises económicas de origens e naturezas diferentes, mas cujos impactos sobre o mercado de trabalho partilharam a característica comum de afetarem desproporcionalmente os mais jovens.

Na recessão financeira internacional de 2008-09 o desemprego jovem, em Portugal, aumentou de 20,3% para 27,6%; de seguida, na crise das dívidas soberanas de 2011-13, que afetou particularmente Portugal e obrigou a um pedido de apoio externo e à vinda da chamada *Troika* para Portugal, a taxa de desemprego jovem aumentou de 27,5% para um máximo histórico de 41,4%. Atualmente, a recessão económica provocada pela pandemia da Covid-19, e que não há ainda forma de saber quantos anos irá durar (2020-), a taxa de desemprego deste grupo etário aumentou de sensivelmente 18% para 27,4%, encontrando-se já em recuperação mas sendo difícil de prever se esta será consistente ou se voltará a aumentar face à incerteza de como irá a economia reagir.

Outro indicador preocupante é a taxa dos NEEF, que mede a proporção de jovens na população que não estão nem empregados nem matriculados em qualquer instituição de ensino, e que se tem situado entre os 13% e os 20% nas últimas duas décadas.

Há várias observações importantes que importa fazer quando analisamos estes dados.

Em primeiro lugar, o desemprego jovem estrutural encontra-se longe de níveis de pleno emprego. Isto significa que mesmo em períodos de crescimento económico, as oportunidades de emprego para os mais jovens são mais escassas e há uma grande dificuldade dos mais jovens em entrar no mercado de trabalho.

Este fator é um dos motivos pelos quais em Portugal, mais do que noutros países, a trajetória do ensino para o mercado de trabalho não é unidirecional, já que um certo número de pessoas abandona o ensino com intenções de ingressar no mercado de trabalho, passando a fazer parte da população ativa, mas não encontra emprego e decide regressar à escola para acumular um nível de escolaridade que melhore a sua competitividade, voltando a sair do mercado de trabalho e deixando novamente de fazer parte da população ativa. Também por isto, o desemprego jovem acaba por ser ainda mais significativo do que as ferramentas estatísticas permitem apurar, visto que há pessoas que têm intenções de trabalhar mas desistem de procurar emprego.

Em relação aos jovens que necessitam de trabalhar para financiar os seus estudos (14,8% dos estudantes em 2012 segundo o INE), qualquer cenário de aumento do desemprego jovem pode ser particularmente impactante, pois pode levar ao abandono forçado dos estudos, dado que estes apenas são prosseguidos devido à disponibilidade de rendimentos provenientes do emprego do estudante.

Mas não são apenas os dados do desemprego jovem que nos devem preocupar. A análise que deve também ser feita à qualidade do emprego e à evolução dos salários reais.¹ E a realidade é que a estagnação da economia portuguesa ao longo das duas últimas décadas, assim como a persistência de recessões económicas, teve impactos negativos sobre o poder de compra dos jovens trabalhadores.

De facto, de 2008 a 2018, a média dos salários reais dos jovens trabalhadores (análise aqui feita para os jovens entre os 25 e os 34 anos) diminuiu 4,6%, de 794€ para 757€. Isto significa que os últimos 10 anos trouxeram um retrocesso na luta por melhores condições de vida e diminuíram o poder de compra dos jovens portugueses.

¹ Salário real é o salário medido em função do poder de compra do salário nominal, num determinado período de tempo. Genericamente, o salário real tem em linha de conta a inflação e diminui sempre que se verifique um aumento generalizado dos preços, sem que exista um aumento dos salários.

A análise destes dados permite-nos perceber porquê que o processo de emancipação dos jovens é hoje cada vez mais tardio, e feito com maior dificuldade.

A realidade dos preços em Portugal, ainda mais evidente no setor imobiliário, já não está alinhada com a realidade dos salários que são ainda praticados, e nomeadamente os salários pagos às populações mais jovens, tornando cada vez mais difícil para os mais jovens saírem de casa dos pais e adquirirem ou arrendarem habitação própria.

O desemprego jovem em Portugal e a falta de qualidade do emprego existente está a obrigar uma geração inteira a adiar a construção da sua vida, a adiar o início da sua vida profissional e a adiar a construção da sua família.

COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

A análise tem, naturalmente, que ser feita também em comparação com as realidades noutros países, e nomeadamente, nos países da UE, e também em relação a esses a taxa de desemprego jovem em Portugal é elevada.

Analisando dados de Junho de 2020 (Figura 2), a taxa de desemprego jovem na UE era de 16,8% e na Zona Euro de 17%. Portugal tinha a sexta taxa mais elevada da UE (25,6%), superada apenas por Espanha (40,8%), país que desde a crise de 2011/2012 tem apresentado sucessivamente das taxas de desemprego mais elevadas da UE, Grécia (33,6%), Suécia (28,7%), Itália (27,6%) e Luxemburgo (26,7%). A taxa mais baixa pertencia à Alemanha, com apenas 5,6% de jovens desempregados.

Importa referir que países como Portugal e Grécia têm uma proporção consideravelmente mais baixa de jovens pertencentes à população ativa, quando comparados com países como a Suécia, Dinamarca, Áustria, entre outros, em que a tradição dos jovens terem empregos de curta duração e a tempo parcial mais cedo, leva a uma inflação dos valores do desemprego jovem, devido aos períodos de transição que cada jovem enfrenta de emprego em emprego.

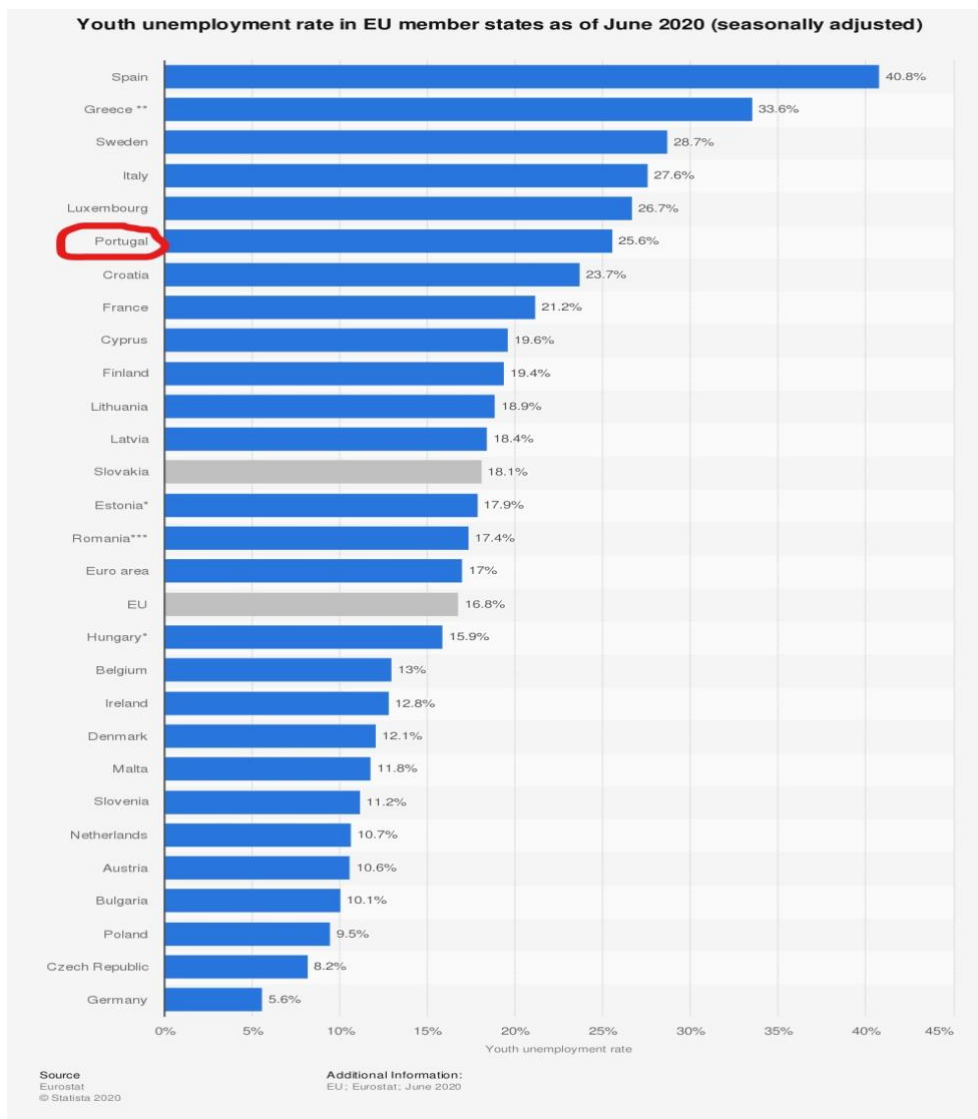


Figura 2- Taxas de Desemprego Jovem na UE, Junho 2020. Fonte: Statista

Há vários fatores que nos podem ajudar a explicar as diferenças, e principalmente, o porquê das taxas de desemprego jovem em Portugal serem sucessivamente mais elevadas do que a média da União Europeia.

Um primeiro fator que influencia a criação de emprego em geral é o capital, e em Portugal a escassez de capital disponível para investimento tem sido evidente. O grande endividamento do país e os recorrentes défices orçamentais, aliados ainda a uma política fiscal pouco estável e com impostos muito elevados, transformaram Portugal num país pouco atrativo do ponto de vista do investimento estrangeiro.

De facto, após uma taxa de crescimento anual do capital que rondava os 4% entre 1960 e 2003, esta baixou para uma média de 1,3% anuais, desde 2003. A incapacidade do país em atrair investimento estrangeiro tem limitado a capacidade para criar emprego e oportunidades para os portugueses no geral, e para os jovens portugueses em particular.

Adicionalmente, o país tem um problema crónico na criação de valor, o que nos deixa numa posição de incapacidade de criar emprego com qualidade e com salários competitivos. Em comparação com outros países europeus que têm indústrias de grande valor acrescentado (como a indústria automóvel na Alemanha, por exemplo), em Portugal cerca de 98% das empresas são pequenas e médias empresas, muitas delas familiares, uma grande parte no setor terciário e o nosso tecido industrial é débil, e em áreas de mais baixo valor acrescentado. Esta realidade tem conduzido Portugal a um caminho de baixos salários e empregos pouco qualificados, limitando também por isso as opções dos jovens portugueses no início da sua carreira profissional, mas também a evolução e a progressão das suas carreiras.

Outro fator que pode explicar as diferenças nas taxas de desemprego jovem entre Portugal e outros países europeus são os níveis de escolaridade, que em Portugal se mantém mais baixos do que noutros países da Europa. Em 2017, de acordo com estatísticas do INE, Portugal era o país da Europa com maior percentagem da população ativa (entre os 15 e os 64 anos) que tinha apenas o 3º ciclo de escolaridade, percentagem que rondava os 45%. Na Alemanha este valor rondava os 10%, na Grécia cerca de 15%, e em Itália e em Espanha este valor rondava os 30%. Quando analisada a percentagem de população ativa que tinha nível de escolaridade superior, Portugal também não está bem colocado no geral dos países europeus, com uma percentagem a rondar os 25%. Na Alemanha este valor ronda os 30%, na Grécia e em Espanha é superior a 40%, e neste indicador Itália ronda os 20%, ligeiramente inferior a Portugal.

Níveis de escolaridade mais baixos resultam em capital humano menos desenvolvido e consequentemente menos produtivo. À medida que Portugal cumpra a tendência de convergência com estes países, será de esperar que o emprego possa ser cada vez mais

produtivo e mais bem remunerado, pelo que é imperativo investir no desenvolvimento do capital humano em Portugal.

Mas em relação à escolaridade é necessário analisar mais do que apenas o nível, e analisar também a adequação do ensino à realidade do país e do mercado de trabalho. A Alemanha, por exemplo, já há muitos anos que aposta num tipo de ensino focado e adaptado para a realidade da sua economia e da sua indústria, garantindo que os jovens saem das escolas e das universidades preparados para o mercado de trabalho. Em Portugal não tem sido feita essa aposta, e é cada vez mais evidente a falta de adequação do ensino às necessidades do mercado de trabalho. O exemplo evidente, presente no nosso distrito, da adequação da formação às necessidades da AutoEuropa tem trazidos resultados eficazes e tem sido um bom exemplo do que poderia ser feito no resto do país.

Vejamos, então, o que o inquérito que lançamos aos jovens do Distrito de Setúbal nos diz sobre o emprego e o desemprego jovem na região.

O DESEMPREGO JOVEM EM SETÚBAL

A realidade do emprego no distrito de Setúbal acompanha as tendências nacionais. O desemprego jovem é uma realidade preocupante, e a maior parte dos jovens que estão empregados têm que se deslocar para fora do distrito para poderem exercer a sua profissão.

Ao longo dos anos, as políticas públicas e autárquicas têm conduzido a um empobrecimento da população do distrito de Setúbal, não havendo uma aposta clara na captação de investimento produtivo capaz de criar postos de trabalho.

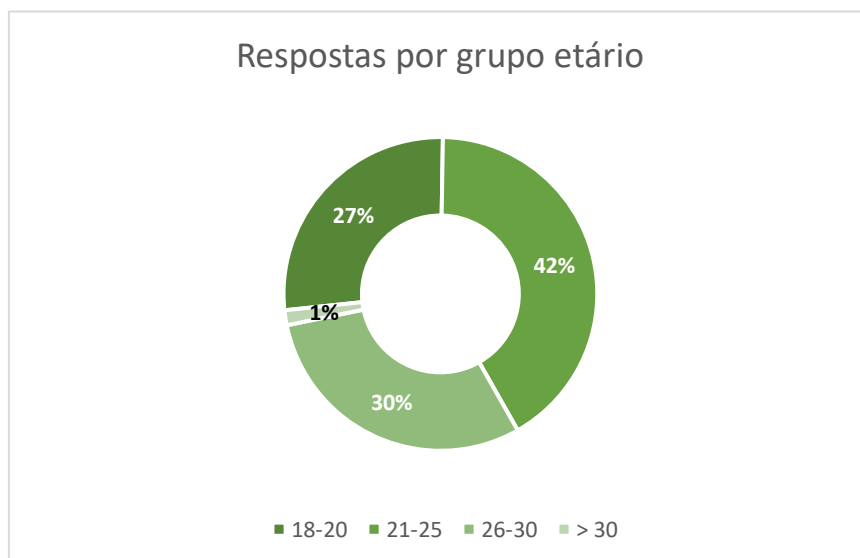
Para analisar a realidade do distrito, a JSD Distrital de Setúbal decidiu fazer um inquérito aleatório à população jovem do distrito, divulgado nas redes sociais, com os resultados que em seguida apresentamos.

FICHA TÉCNICA E ANÁLISE DE RESULTADOS

Em novembro de 2020, a JSD Distrital de Setúbal lançou um inquérito nas redes sociais destinado à população jovem do distrito. Os objetivos do inquérito foram compreender a realidade do emprego e das qualificações dos jovens na região, e perceber os impactos da pandemia da Covid-19 no emprego, no rendimento e na progressão profissional.

Responderam ao inquérito 132 jovens (aleatórios), com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, de acordo com a distribuição etária representada no gráfico seguinte:

Gráfico 1- Respostas ao inquérito por grupo etário



O grupo etário mais representado foi o das idades compreendidas entre os 21 e os 25 anos, correspondendo a cerca de 42% da amostra. O grupo com menor representação foi entre os 30 e os 35 anos, que contou apenas com 2 respostas, representando cerca de 1% da amostra.

Relativamente ao sexo dos jovens que responderam ao inquérito, dos 132, 79 eram do sexo feminino e 53 do sexo masculino, resultando na seguinte distribuição:

Gráfico 2- Respostas ao inquérito por sexo



Em termos de proveniência das respostas, a distribuição geográfica das respostas corresponde ao que está espelhado no Gráfico 3:

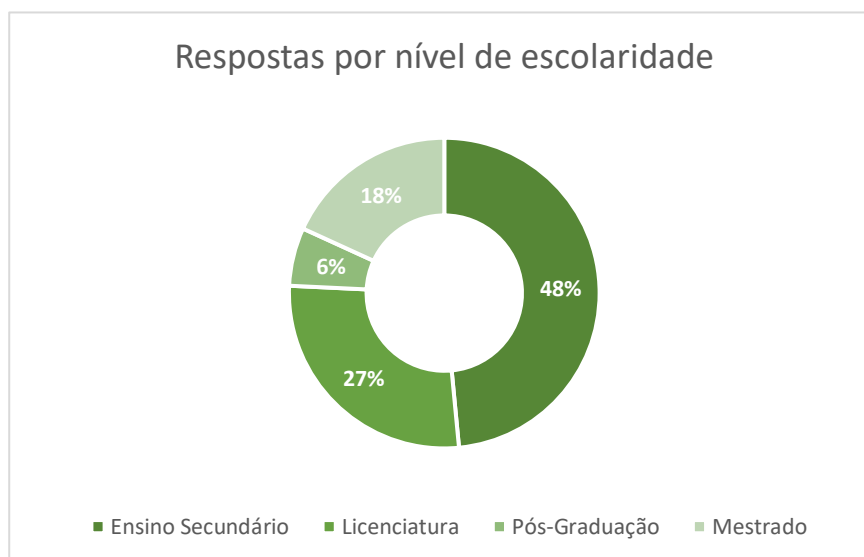
Gráfico 3- Respostas por Concelho



O concelho mais representado foi o concelho de Setúbal, com 21% das respostas, seguido do Barreiro, com 18% das respostas, seguida do Seixal com cerca de 13 % e Almada com 12% das respostas. Os concelhos do sul do distrito têm assim menos representação, mas é de reforçar que houve pelo menos uma resposta em todos os concelhos do Distrito.

Em termos de níveis de escolaridade, uma grande percentagem dos 132 inquiridos tinha apenas o Ensino secundário (64 jovens, correspondendo a 48%), seguidos dos que têm Licenciatura (com 36 respostas), seguidos de Mestrado (24 respostas) e depois Pós-Graduação (8 respostas), tal como demonstrado no gráfico 4:

Gráfico 4- Respostas ao inquérito por nível de escolaridade



Relativamente a esta análise, faz sentido notar que nenhum dos inquiridos tem apenas o terceiro ciclo de escolaridade, o que pode ser explicado com o facto de não ter havido respostas de jovens com menos de 18 anos e com o facto de o ensino secundário ser atualmente obrigatório. Nenhum dos inquiridos referiu também ter um Doutoramento ou Pós-Doutoramento.

Relativamente aos 48% que têm apenas o ensino secundário, convém notar que apenas 27% dos inquiridos tinha entre 18 e 20, o que nos ajuda a perceber que uma percentagem significativa dos inquiridos não prosseguiu estudos depois do secundário.

A pergunta seguinte no questionário permitiu perceber quais as principais áreas de formação dos inquiridos, sendo os grupos mais representativos: Ciências Sociais (com 20,5% das respostas), Ciências Empresariais (com 14,4% das respostas), Humanidades (com 11,4% das respostas), seguidos de Artes e Saúde (com 7,6%) e Informática (6,8%). Houve ainda respostas como Direito, Engenharias e Serviços Sociais, entre outras, mas com uma amostra muito pequena.

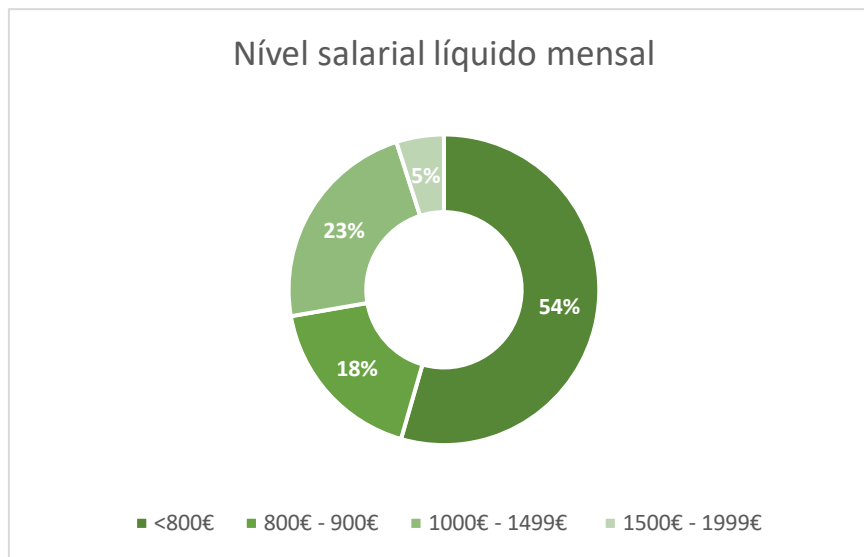
Um dado importante relativamente aos inquiridos foi também perceber quantos eram ainda estudantes e quantos eram já trabalhadores, e concluiu-se que 63% dos inquiridos (83 respostas) já não eram estudantes e apenas 37% (49 respostas) eram ainda estudantes, dos quais 28,6% (14) eram trabalhadores-estudantes. Conclui-se assim que 97 dos inquiridos são já trabalhadores (73,5%), apesar de 101 dos inquiridos (76,5%) ter respondido já ter tido a sua primeira experiência profissional – o que poderá significar que 4 dos inquiridos, apesar de já terem tido a sua primeira experiência profissional, encontram-se atualmente sem emprego.

As perguntas seguintes do inquérito foram direcionadas a quem já teve a sua primeira experiência profissional, e por isso a amostra passou de 132 a 101 (76,5%) dos inquiridos.

Destes 101, apenas 60% (61) já tinham trabalhado na sua área de formação, com 40% (40) a nunca terem trabalhado na sua área de formação, e apenas 32,7% (33) já tinham sido efetivos, e 67,3% dos inquiridos nunca tinha sido efetivos. Esta estatística confirma a grande precariedade do emprego das populações mais jovens, e a sua suscetibilidade a flutuações do mercado e a crises da economia.

Relativamente ao nível salarial dos inquiridos, dos 101 mais de 50% tinha no seu último emprego, um nível salarial no mais baixo escalão com um salário líquido mensal inferior a 800€, como se pode ver pelo gráfico 5:

Gráfico 5- Nível salarial líquido mensal



O gráfico confirma também a realidade de que os salários dos mais jovens são muito baixos, e impeditivos de uma verdadeira emancipação, principalmente com os custos das habitações cada vez mais elevados. É de realçar que nenhum dos inquiridos afirmou ter um salário líquido superior a 2000€, e apenas 5% tinha salários líquidos superiores a 1500€, o que é não só representativo da realidade dos jovens portugueses, mas dos níveis salariais baixos em Portugal, principalmente quando comparados com os níveis salariais nos países europeus.

A fase seguinte do inquérito pretendeu perceber quais os impactos da pandemia no emprego e no rendimento dos inquiridos. Assim, dos 101 inquiridos que já tinham tido a sua primeira experiência profissional, 73% estavam a trabalhar no início de 2020, e 27% não estavam, mas a pandemia provocou a perda de emprego a 26% dos inquiridos que estavam a trabalhar no início de 2020, sendo que ainda assim 74% mantiveram o seu emprego apesar da pandemia.

Apesar das perdas de emprego, apenas 7 (36%) dos inquiridos afirmaram ter recebido algum tipo de apoio do Estado.

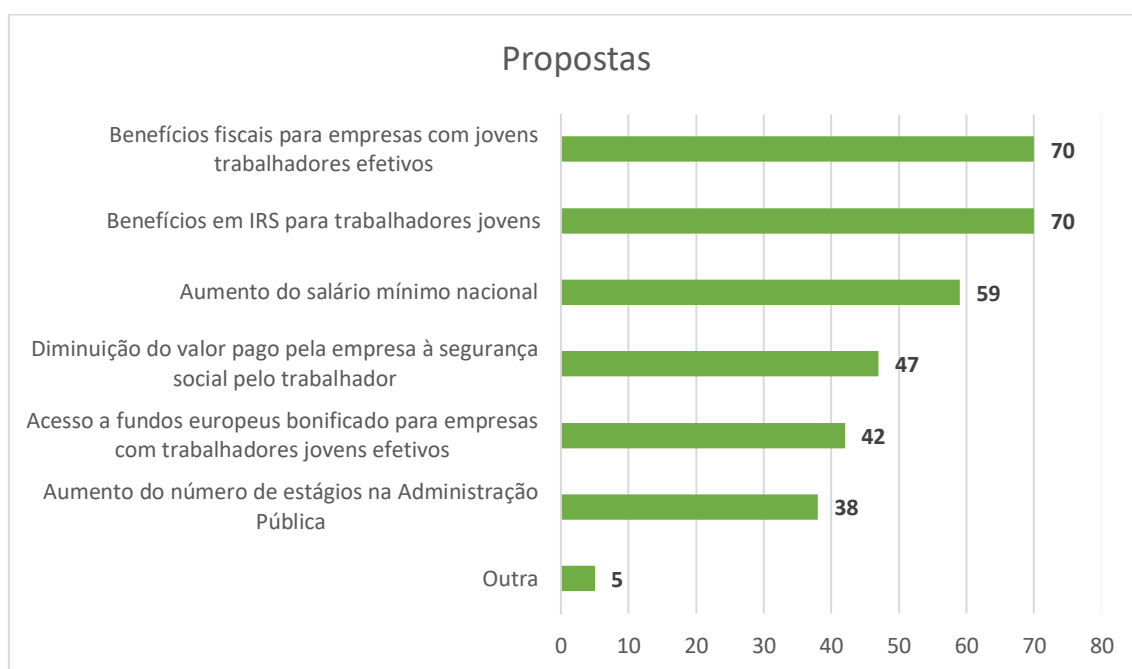
Relativamente à progressão na carreira, 50% dos inquiridos considerou que a pandemia afetou a sua carreira e 50% afirmou que a pandemia teve impacto no seu nível de rendimentos, quer tenha sido por redução direta do salário (possivelmente devido ao

regime de layoff) quer tenha sido por impedir a progressão na carreira, quer tenha sido pela perda de emprego.

A grande precariedade do emprego jovem em Portugal, e nomeadamente dos jovens do distrito de Setúbal, e a vulnerabilidade dos jovens fica assim bem evidente na análise destes dados, e é claro que a pandemia da Covid-19 veio acentuar essa realidade.

Na última pergunta do inquérito, pretendia-se perceber, da sensibilidade dos inquiridos, quais seriam as melhores formas de combater o desemprego jovem, e de uma *pool* de respostas pré-concebidas, os resultados foram os seguintes:

Gráfico 6- Propostas



Dos inquiridos, houve ainda outras propostas como a diminuição das contribuições (Segurança Social, IVA, IRS) para jovens a recibos verdes, ou ainda a diminuição da derrama (imposto municipal) que poderia permitir a maior fixação de empresas no distrito de Setúbal e dessa forma aumentar os empregos na região.

O inquérito permitiu-nos assim aferir de forma mais concreta a realidade do distrito de Setúbal, e as conclusões são preocupantes: os salários são muito baixos, o emprego é precário, e muitos jovens perderam rendimentos ou o emprego por causa da pandemia.

CONCLUSÃO

O desemprego jovem em Portugal e no distrito de Setúbal é uma realidade que constantemente, com raras exceções, levanta barreiras intransponíveis aos jovens portugueses e em especial aos jovens da nossa região, no que diz respeito à sua emancipação e ao início de uma vida adulta condigna. A pandemia da Covid-19 veio acentuar essas dificuldades e voltou a fazer subir os níveis de desemprego, diminuindo a qualidade do emprego no que diz respeito aos vínculos contratuais e aos salários.

Se isso se deve a um problema estrutural de emprego no país e na região, deve-se também à ausência ou ineficácia de políticas públicas nacionais e locais de promoção de emprego, de aumento das qualificações e de incremento da qualidade do emprego jovem.

O distrito de Setúbal é particularmente afetado na captação de investimento pela má gestão autárquica que é transversal à maioria dos seus concelhos e que, por barreiras ideológicas, ao longo de muitos anos afastou o investimento privado das suas cidades. Outro fator prejudicial para a região, embora esse possa ser mitigado com políticas locais de atração, é a proximidade a Lisboa, uma vez que a capital acaba por atrair para si grande parte do investimento e, por isso, tem limitado a capacidade de expansão das regiões limítrofes.

Tal como afirmamos no passado, a dificuldade no acesso a fundos comunitários é também uma barreira ao desenvolvimento económico da região, o que impacta diretamente na falta de emprego que aqui se verifica.

Uma estratégia para o emprego jovem é essencial para garantir que a próxima geração seja capaz de viver uma vida digna e que não tenha de sair da região para encontrar emprego e criar família.

É essa a nossa missão e é com esse objetivo que produzimos o estudo que aqui apresentamos e que serve de base às propostas políticas que apresentamos em sequência. Há muito por fazer e nós dizemos presente ao desafio.

REFERÊNCIAS

Barro and Lee Educational Attainment Data. *Disponível em:* <http://www.barrolee.com/>

Eurostat. *Disponível em:* <https://ec.europa.eu/eurostat/home>

INE. *Os Jovens no Mercado de Trabalho- indicadores de medidas em conforto (2013).*

Instituto Nacional de Estatística (INE).

Disponível em: https://ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

IBM SPSS Software.

Statista. *Disponível em:* <https://www.statista.com/>



DISTRITAL,
SETÚBAL